

## O ACESSO ABERTO NA AMÉRICA LATINA: INICIATIVAS E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Bruna Lessa<sup>1</sup>, Flávia Garcia Rosa<sup>2</sup>, Kátia Rodrigues<sup>3</sup>

<sup>1</sup>UFBA/Brasil. lessbruna@gmail.com

<sup>2</sup>UFBA/Brasil. fflaviagoulartroza@gmail.com

<sup>3</sup>UFBA/Brasil. katiarodrigues10@gmail.com

**RESUMO:** A Ciência como um bem público, demanda que os resultados das pesquisas sejam registrados e comunicados para todos. Na contemporaneidade, vivencia-se mudanças no processo de comunicação científica, com o surgimento de novas instâncias de produção, registro e divulgação do conhecimento científico, com o advento em especial da *web*, corroborando para a desintermediação na estrutura do fluxo da pesquisa. Assim, pretende-se nesse trabalho, apresentar uma reflexão acerca da inserção da América Latina na adoção do Movimento de Acesso Aberto, com suas diversidades culturais – 20 países, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, duas dependências, Guiana Francesa e Porto Rico; diferenças linguísticas – espanhol, português e francês, fruto da colonização europeia e graves questões socioeconômicas e políticas.

**1 INTRODUÇÃO:** Inicialmente, na Grécia Antiga, os filósofos debatiam oralmente acerca da Ciência, dando início assim, ao processo de comunicação científica através do canal informal, um canal de comunicação com limitações no tempo e espaço geográfico. Desde então, os canais de comunicação foram se aperfeiçoando conforme as tecnologias disponíveis para os filósofos e posteriormente, para os pesquisadores. Na contemporaneidade por sua vez, vivenciamos mudanças no processo de comunicação científica, com o surgimento de novas instâncias de produção, registro e divulgação do conhecimento científico, com o advento em especial da *web*, corroborando para a desintermediação na estrutura do fluxo da pesquisa. Entre as transformações no processo de comunicação científica evidenciada nas últimas décadas, destaca-se o movimento de acesso livre a produção científica.

### 2 BREVE HISTÓRICO DAS INICIATIVAS PARA O MOVIMENTO ACESSO ABERTO:

- Na década de 1990, Steven Harnad trouxe uma polêmica solução: *skywriter* – os pesquisadores disseminariam suas produções científicas na *web* com acesso aberto;
- Posterior as discussões iniciadas por Harnad, surgiram iniciativas para a criação de repositórios temáticos e institucionais que deram alicerce a consolidação do acesso aberto. Paul Ginsparg, considerado pioneiro na concepção do servidor de *preprints*, criou em 1991 o Arxiv.org. Posteriormente, outras iniciativas surgiram como: *Networked Computer Science Technical Reference Library* (NCSTRL), *National Digital Library of Theses and Dissertations* (NDLTD), *National Advisory Committee for Aeronautics* (NACA), *Cognitive Sciences Eprints Archives* (CogPrints) e *Research Papers in Economics* (RePEc) (WEITZEL, 2014).
- Em 2002, com a publicação da Declaração de Budapeste, pela Budapest Open Access Initiative (BOAI), que o Movimento de Acesso Aberto teve início. No referido documento foi proposto o acesso à produção científica a todos, o autoarquivamento de artigos em repositórios e a alteração estrutural dos periódicos científicos, indicando com isso a criação de periódicos de acesso aberto, tornado a pesquisa um bem público com acesso sem restrições e custos aos leitores (BUDAPEST..., 2002).
- Em 2012, o Relatório Finch, 2012 foi apresentado no Comitê de Ciência e Tecnologia da House of Lords, intitulado *Accessibility, sustainability, excellence: how to expand access to research publications*.
- Em 2013, foi sugerida uma revisão atualizada do relatório, com o título *Accessibility, sustainability, excellence: how to expand access to research publications: a review of progress in implementing the recommendations of the Finch report*, sugerindo um modelo híbrido de acesso aberto, que atendesse aos principais atores no processo de comunicação científica - pesquisadores, universidades, agências de financiamento de pesquisa, sociedades científicas e acadêmicas e editores comerciais (Finch, 2013).

Visualizando a trajetória de tal discussão e a projeção da comunicação científica no que diz respeito ao acesso aberto, Harnad (2012) aponta que os repositórios institucionais e a adoção de políticas por instituições de ensino, pesquisa e agências de fomento, para promoção do autoarquivamento da produção científica certificada configuram-se como estratégias que mais representam possibilidades de alcançar o objetivo principal do acesso aberto. Para melhor compreensão, a partir da Figura 1 é possível identificar as principais declarações e projetos decorrentes da participação conjunta de sociedades e organizações científicas, universidades, editores, cientistas e bibliotecários que em seis décadas contribuíram para o livre acesso à informação.

No contexto brasileiro, o acesso aberto a produção científica foi uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), através do Manifesto Brasileiro em prol do Acesso Livre ao Conhecimento Científico. O manifesto foi apresentado em 05 de setembro de 2005, por videoconferência, marcando assim, a institucionalização do movimento de acesso livre no Brasil (Kuramoto, 2010).

### 3 INICIATIVAS PARA O ACESSO ABERTO NA AMÉRICA LATINA:

De acordo com Ziman (1979) a ciência é o conhecimento público e como tal deve estar disponível livremente para todos. Essa afirmativa vem ratificar os princípios defendidos pelo Acesso Aberto e de fato levado a cabo pela América Latina (AL) com suas diversidades culturais – 20 países, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, duas dependências, Guiana Francesa e Porto Rico; diferenças linguísticas – espanhol, português e francês, fruto da colonização europeia e graves questões socioeconômicas e políticas. Em 2002, no mesmo ano em que foi instituído o BOAI, dando início ao Movimento Mundial de Acesso Aberto (Guédon, 2010) a Unesco publicou a sua *Declaração universal sobre a diversidade cultural*, na qual destaca-se no seu artigo 6 “[...] igualdade de acesso às expressões artísticas, ao conhecimento científico e tecnológico – inclusive em formato digital – e a possibilidade, para todas as culturas, de estar presentes nos meios de expressão e de difusão, são garantias da diversidade cultural.” Esse artigo desse documento da Unesco é síntese do que se buscou adotar na América Latina na inclusão do Acesso Aberto pelos diversos países.

Em, 28 de setembro de 2016 um importante manifesto foi lançado pelo IBICT o Manifesto de Acesso Aberto a Dados da Pesquisa Brasileira para Ciência Cidadã que dá “[...] continuidade e amplia a sua política de apoio ao acesso aberto/livre à informação científica no Brasil, [...]” ampliando “[...] sua visão sobre o acesso aberto, e reconhece os dados de pesquisa como um recurso imprescindível para as ações de Ciência Aberta, Ciência para todos, Ciência Cidadã.” (Ibict, para. 1, 2016) Desse modo, há um posicionamento e busca de inserção na Ciência Aberta que amplia a disponibilização de dados de pesquisa para acesso amplo.

Outro importante instituição da América Latina que tem como marco as estratégias da Unesco em favor do acesso à informação é o Centro Regional para el Fomento del Libro em América Latina y el Caribe (CERLALC), com sede em Bogotá, que é um órgão internacional, intergovernamental e presta assessoria técnica aos governos Iberoamericanos, em projetos voltados a promoção do livro, da leitura e do direito do autor.

Destacam-se ainda na AL portais de periódicos de acesso aberto como: Scielo (Brasil que em 2018 completou 20 anos e em 2012, criou também o Scielo Livros); Latindex (México); Redalyc (México), o LILACS criada há 32 anos, importante e abrangente índice da literatura científica e técnica da América Latina e Caribe e a CLACSO, Argentina. Pesquisa realizada por Costa & Lima (2017), destaca o importante papel e as contribuições pioneiras do Brasil, Argentina e México para a circulação das publicações científicas em acesso aberto. O número de Repositórios Institucionais se amplia a cada ano, somente no Brasil são cerca 101 repositórios e, um terço desses receberam financiamento direto ou indireto do governo brasileiro. (Wietzel, 2019).

### 5 CONCLUSÕES

- Limitação na AL de políticas governamentais, sobretudo para o financiar e assegurar a sustentabilidade dos modelos de acesso aberto.
- Pesquisadores e Governo dos países da AL precisam se unir para a efetivação em sua completude do acesso aberto no campo científico.
- A decisão em apoiar a produção em acesso livre por estas agências configura-se como uma das estratégias para reverter o atual cenário vienciado na AL por seus pesquisadores.

### REFERÊNCIAS

Budapest Open Access Initiative. (2002). *Read the original BOAI declaration*. Budapest. Recuperado em: 15 agosto, 2018, de <http://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>

Costa, Michelli Pereira da & Lima, Fernando César. (2017). *Repositórios institucionais da América Latina e o acesso aberto à informação científica*. Brasília, DF: IBICT.

Finch, D. J. (2013). *Accessibility, sustainability, excellence: how to expand access to research publications: a review of progress in implementing the recommendations of the Finch Report*. Recuperado em: 16 agosto 2018, de <http://www.researchinfonet.org/wp-content/uploads/2013/02/Final-version.pdf>.

Guédon, J.-C. (2010). *Acesso Aberto e divisão entre ciência predominante e ciência periférica*. In S. M. S. P. Ferreira, J. M. das G. Targino (Ed.). *Accessibilidade e visibilidade de revistas científicas eletrônicas* (pp. 21-77). São Paulo: SENAC: Cengage Learning.

Harnad, S. (2012). *Why the UK should not heed the Finch report*. The London School of Economics and Political Science. Department of Government. *Impact of Social Sciences Blog*, July 4th, 2012c. Recuperado em: 12 julho, 2018, de <http://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2012/07/04/why-the-uk-should-not-heed-the-finch-report/>

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. (2016). *Ibict lança Manifesto de Acesso Aberto a Dados da Pesquisa Brasileira para Ciência Cidadã*. Brasília, DF: IBICT. Recuperado em: 20 janeiro, 2019, de <https://dadosdepesquisa.mp.br/manifesto-de-acesso-aberto-dados-da-pesquisa-brasileira-para-ciencia-cidada/>

Ziman, J. M. (1979). *Conhecimento público*. (R. R. Junqueira, Trans.) Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade São Paulo.

Weitzel, S. da R. (2019). O mapeamento dos repositórios institucionais brasileiros: perfil e desafios. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, 24 (54), 105-123. Recuperado em: 27 janeiro, 2019, de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019v24n54p105>.

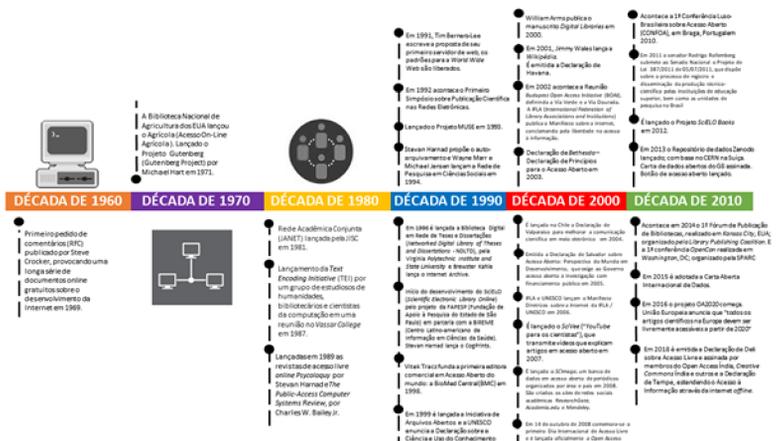


Figura 1. Síntese evolutiva em favor do acesso aberto à informação